

Coluna do Castello

Ulysses sabe que acordo é fácil

PARECE apenas tática a advertência do Deputado Ulysses Guimarães de que, se não houver acordo com os grupos radicais do seu partido e com os representantes de associações da sociedade civil, talvez não haja convocação da Constituinte. É claro que o Congresso não assumirá a responsabilidade de negar apoio à convocação, embora o presidente do PMDB, que coordena a aprovação da emenda, tenha que fazer pequenas concessões capazes de justificar a aceitação pacífica, em sua substância, da emenda presidencial.

O PMDB tem seus problemas internos e o Sr. Ulysses Guimarães, para contornar alguns deles, conseguiu deslocar para março a convenção nacional impensadamente convocada para dezembro. A emenda constitucional do Presidente José Sarney deverá ser votada antes da eleição municipal de novembro com o apoio substancial do PMDB, não só de sua ala centrista ou conservadora como da chamada "esquerda independente", e das esquerdas que, por contraste, não seriam independentes. A mobilização eleitoral indica o caminho ao partido: seus candidatos precisam vitalmente do apoio do Presidente da República para consolidar suas perspectivas eleitorais nas respectivas capitais.

O que se passou em São Paulo, com a visita do Presidente da República, é sintomático: o Senador Fernando Henrique Cardoso, que é líder do Governo no Congresso, disputou espaço físico junto ao Presidente, o que dá idéia de que o Sr. José Sarney está, pelo menos em São Paulo, mais forte do que se supunha, e o Sr. Fernando Henrique Cardoso menos forte do que apregoam seus correligionários. O apoio presidencial, ainda que deduzido, ao candidato — e isso não ocorre somente em São Paulo — parece essencial, sobretudo porque os candidatos se apóiam em estruturas de Governo de eficiência contestada, como é o caso do Sr. Franco Montoro.

Independentemente da sua aflição eleitoral, o Senador Cardoso apoiaria a emenda do Presidente da República, a qual teve, em sua substância, a expressa aprovação do Deputado Alencar Furtado, um dos líderes da esquerda independente, que rejeitou postulações hostis à hegemonia dos partidos e dos políticos no exercício de suas atribuições específicas. Em Minas e em Pernambuco não há de supor-se que haverá hostilidade, senão residual, à proposta do Planalto. A esquerda independente de Pernambuco, por exemplo, tem responsabilidades específicas até mesmo para que consiga sobreviver com o comando e a restauração da unidade do PMDB, cujo pressuposto seria de integração e não de confrontação.

A tarefa coordenadora do Sr. Ulysses Guimarães não é tão fácil quanto possa parecer. Para auxiliá-lo ele terá o apoio do PFL e da maioria do PDS, do PTB e possivelmente do PCB e do PC do B. Ele já sabe no que não poderá ceder. A Constituinte autônoma é uma idéia afastada, por entrar em choque com o compromisso básico da Aliança Democrática e por representar a idéia de conduzir a transição, que se atribuiu como tarefa principal, o falecido Tancredo Neves. Também a designação de delegados constituintes independente de votos ou a representação classista das associações reivindicantes são rejeitadas pela quase unanimidade (excluído o PT) do Congresso. De deputado avulso, nem se fala.

O presidente da Câmara imaginou ceder na fixação desde já do princípio de que comissões especiais conduzirão o processo legislativo a fim de que não se perturbe o trabalho constituinte nem se permita o Governo exercido mediante decretos-leis. Isso ele pode negociar, como quiser. A decisão final não depende deste Congresso mas do que tiver poderes constituintes. Até mesmo o princípio da continuação como Congresso regular do futuro Congresso-Constituinte pode ser negociado pelo Sr. Ulysses Guimarães, pois os candidatos, no pressuposto da sua soberania, é que decidirão a respeito, como o fizeram em 1946. O provável é que os constituintes queiram continuar como congressistas.

O acordo não é, portanto, difícil. As minorias agem sob pressão, pedindo o máximo para obter o mínimo. Esse mínimo será facilmente definido na análise de homens tão experientes quanto os Srs. Ulysses Guimarães e José Sarney. A emenda constitucional será votada, basicamente como a propôs o Presidente da República, segundo um texto laboriosamente elaborado no Palácio do Planalto, com a fórmula final oferecida por conhecido advogado paulista. Isso não será desdouro para o Congresso, cuja imensa maioria quer a Constituinte e quer que ela se efetive mediante representação regularmente eleita sob a égide dos partidos políticos.

ANC 88

Pasta 10/85-1

060/1985